

## Política da interpretação do texto literário: alguma ética é possível?

**Antonio Barros de Brito Junior**

In this article, I try to show how is it possible to think the interpretation of the literary text from the point of view of the politics of writing and the politics of interpretation, based on the works of the French philosopher Jacques Rancière. My first step is to think the literary interpretation as an aesthetic task, which brings back the body into the process of grasping the meaning of the artistic text. After that, I try to evince that by restoring the prevalence body, the political issues come to the foreground of literary hermeneutics. As a result of the prevalence of the body and the subjectivity of the reader, I argue that we must consider the interpretative process from the point of view of the ethics as aesthetics, i.e., we must understand the interpretative cooperation as an intersubjective effect yielded by aesthetics instead of linguistics.

**Keywords: Aesthetics; Theory of Literature; Hermeneutics; Jacques Rancière.**

Se “[a] poesia não tem contas a prestar quanto à 'verdade' daquilo que diz, porque, em seu princípio, não é feita de imagens ou enunciados, mas de ficções, isto é, coordenações entre atos”,<sup>1</sup> que dizer, então, da interpretação da poesia? A encarnação da palavra muda, a corporificação do *logos*... Se à poesia – à literatura, em geral – faltam o apelo e o apego à verdade, a interpretação só pode portanto dar de ombros frente ao velho axioma “o que o autor quis dizer afinal?”<sup>2</sup>

A palavra muda<sup>3</sup> da literatura já nasce com o compromisso de perder seu primeiro compromisso – o seu campo de ação imediato. Aliás: somente no regime estético é que a palavra se dá ao luxo de dobrar ao meio a opacidade do discurso referencial para voltar-se sobre si mesma, numa autorreferencialidade que a congestionada de (duplos) sentidos. Naturalmente, a verdade da poesia, então, é outra: é a espessura da palavra, é o signo sem lastro, que, por falta da corporeidade do escritor, abre-se para o corpo de outrem, seu leitor. “A literatura é uma dramática da escrita, desse trajeto da letra desincorporada que pode tomar qualquer corpo. Ela tem seu lugar nessa disjunção própria ao conceito de escrita que faz com que a própria oposição do *logos* vivo e da escrita morta só se coloque à custa de instituir o mito de outra escrita, de um escrito mais que escrito”.<sup>4</sup> Com isso, a interpretação já não é o horizonte de expectativa atravessado pelo leitor e constituído pelo texto; pelo contrário, a interpretação tem de ser o horizonte da partilha do sensível, no nível mais extremo da política e da ética do sentido... a partir do discurso.

A letra muda, portanto, abre o espaço de ação do *corpo*. Nada mais subjetivo, nada mais individual, nada mais contingencial do que o corpo. Ele é o próprio lugar da subjetivação; em constante oposição ao “espírito” (esse quase-ser ilustrado que se projeta e paira sobre todas as mentes, reunindo-as), é no gesto, nos sentimentos, na dor e na “tortura” do corpo, que se encenam os conflitos entre a arbitrariedade

platônica do signo e a arbitrariedade natural da sensação radicada na experiência de mundo. O corpo, de certo modo, é o que desmembra novamente aquilo que nasceu distante e distinto desde a origem do pensamento/linguagem, e que só pode ser amalgamado no pensamento, *no logos*: sensação, contingência e presença, de um lado, e sentido, constância e ausência, do outro. A interpretação da palavra muda, portanto, é o ponto de inflexão dessa desunião recuperada. Se a um determinado autor é possível (hipoteticamente) reivindicar, ainda, a união da palavra e do corpo, do *logos* e do sensível – a territorialização da escrita primeira, aquela que conclui e inicia a obra de arte –, ao leitor não resta outra saída, a não ser a derrisão face ao amálgama *logos*-corpo. A permanência do texto estético, com sua capacidade de transitar pelo tempo – isto é, essa palavra muda que se infunde de voz e, portanto, de vida plena, no sentido aristotélico<sup>5</sup> –, é, na verdade, o que impele essa derrisão: a “dramática da escrita” traduz, entre outras acepções, a insurgência do corpo na letra. Na medida em que não pode se prender ao que quer que seja, e na medida em que perde a sua história na dobra da autorreferencialidade, o texto literário só adquire seu estatuto ontológico na encarnação da letra por parte do leitor. E, nesse âmbito, a letra é tudo, menos constância e ausência. Pelo contrário, é na presença mesma da corporeidade do leitor é que se opera o “milagre da vida” do texto: o nascimento do sentido, a contingência do referente e a provisoriabilidade dos efeitos.

De tal modo que não se pode mais dizer que a interpretação *reconstitui* o sentido. Na melhor das hipóteses, a interpretação formula, através do discurso, um sentido cuja viabilidade, de fato, se inscreve eminentemente na ordem do estético (do gosto e do gozo, por que não?) – este terreno por excelência do corpo. Adianta-me apenas para me deter um pouco no que importa: 1) no momento antes da fruição estética, a palavra muda apenas reverbera o eco das produções de sentido passadas, colocada, como está, no seu devido lugar dentro da partilha do sensível; 2) o intérprete, contudo, nega-se a leitura perfunctória, posicionando-se desde seu lugar sobre sua experiência de leitura; 3) com isso, ele recompõe o lugar do texto na partilha do sensível e, obviamente, esboça para si próprio um lugar nessa partilha. Nenhuma dessas atividades é “sem-estética”, se por *estética* se compreender “[...] um regime específico de identificação e pensamento das artes: um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma determinada ideia da efetividade do pensamento”.<sup>6</sup> Aliás, é preciso dizer que todas essas manobras são, talvez, *em um primeiro momento* (friso), “sem-ética”, se por ética se entender a cooperação, em nível ideal e sistêmico, das ações (aí incluídos, obviamente, os atos de fala). Portanto, a negação da leitura perfunctória é, desde o primeiro momento, a negação daquela ética “sem corpo” da palavra, e, ao mesmo tempo, a afirmação da corporeidade como um novo paradigma de solução de conflitos. Fico com as palavras de Rancière, mais uma vez:

[a] literatura não existe nem como resultado de uma convenção nem como efetuação de um poder específico da linguagem. Ela existe na relação entre uma posição de enunciação indeterminada e certas fábulas que põem em jogo a natureza do ser falante e a relação dos discursos com a partilha dos corpos.<sup>7</sup>

Nessa relação se insere, de modo crucial, a lógica do *desentendimento*. Vale dizer: instaura-se, no âmbito estético onde se inicia a interpretação, a necessidade de um

*conflito*. O leitor, na medida em que se posiciona perante o texto, precisa buscar, na *diferença* – entendida, aqui, nos termos do *differend* lyotardiano<sup>8</sup> –, o seu modo de constituir-se como o “mais apropriado” dos intérpretes. Em princípio, essa *diferença* surge, forçosamente, de uma postura antiooperativa, que rompe com o “senso comum” daquilo que é estabelecido pelo *logos* decantado na mudez da palavra, para, imediatamente depois, realçar aquilo que é do interesse particular do intérprete (uma nova visão a respeito do texto, da literatura em geral, da linguagem – enfim, a sua posição na partilha do sensível). Aqui, o “politicamente correto” deve ceder lugar ao egoísmo e ao narcisismo – algo típico da ordem estética (corporal e subjetiva). Assim, impera a “antiética” da interpretação, numa sorte de postura interpretativa que, por assim dizer, se revolta contra a própria linguagem.

Para melhor compreender a translação da ética que pretendemos indicar aqui, é preciso considerar que, no que diz respeito à ética da interpretação segundo o modelo clássico (logocêntrico), o leitor, no fundo, coopera com o “espírito da língua”, com aquele suposto *logos* que paira sobre o texto. Se é verdade que as frases são constituídas de acordo com um conjunto de regras que determinam o regime de seu funcionamento,<sup>9</sup> então a fusão entre *logos* e corpo é determinada por uma compressão das formas de expressão e dos sentidos, que se destaca de seu contexto para se estabelecer como *norma*. Desse ponto de vista, o discurso, tanto do texto (a letra muda), quanto a interpretação (a voz viva do *logos* recuperado), é agenciado por um tipo de lógica que, aparentemente, guarda relação com o gerativismo, na medida em que o campo do dizível em torno do texto fruído é pautado pela *performance* e pela *competência*. A ética, então, compreende, nessa instância, um acordo de regimes de linguagem (uma sobreposição quase impossível, eu diria), que pavimenta o terreno dos valores mínimos por onde passará, mais tarde, a partilha do sensível. Mais do que isso: a *performance*, enquanto *ação* no e pelo discurso, é prevista pela *competência*, enquanto “indolência” da normatização.

Tenho para mim, porém, que, se é possível afirmar que existe uma ética da interpretação, então isso só pode ser feito a partir do reconhecimento de que o que de fato torna a ética um problema genuinamente filosófico é, justamente, a possibilidade de agir (ainda que no nível exclusivamente linguístico) com liberdade a partir da consideração pelo outro. Ética sem liberdade – ética sem livre-arbítrio – é tão-somente *desígnio*, *destino*, *missão*. A liberdade do intérprete do texto literário configura-se, então, com a renúncia ao regime de linguagem do autor e de seus leitores-tipo – ou leitor-modelo ou leitor-implícito, de acordo com as nomenclaturas mais difundidas (as de Umberto Eco<sup>10</sup> e Wolfgang Iser<sup>11</sup>, respectivamente) –, que o obriga a instaurar o seu próprio regime. Uma vez que a *indiferença* (entendida, é claro, como o oposto da *diferença*) é característica de um agenciamento da linguagem com o pensamento, agenciamento que acontece apenas na lógica interna do sujeito (ou seja, no âmbito de uma corporeidade específica),<sup>12</sup> depreende-se, então, que o ato pleno de subjetivação depende da configuração do que Rancière definiu como o *dano*. Ora, para devolver voz à letra muda; para “encarnar” a letra morta; para colocar-se no interstício dos diversos regimes da linguagem e fazer funcionar a *diferença*; para tudo isso é necessário instaurar um conflito que reveste a partilha do sensível de uma camada essencialmente *política*.

A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. Essa instituição é o todo da política enquanto forma específica de vínculo. Ela define o comum da

comunidade como comunidade política, quer dizer, dividida, baseada num dano que escapa à aritmética das trocas e das reparações. Fora dessa instituição não há política. Há apenas ordem da dominação ou desordem da revolta.<sup>13</sup>

Nesse nível – o nível da política –, o leitor reivindica o dano, porque ele não se considera representado na partilha do sensível. Aliás, não há interpretação sem dano: reivindicar o dano, neste caso, é reivindicar a sua própria partilha do sensível através do *dissenso*. Do ponto de vista da comunicação estética, há duas possibilidades de consenso: ou a letra muda permanece inerte, e os seus efeitos se condensam e se perdem, de modo que a partilha do sensível está dada e os corpos se posicionam no que Rancière denomina *ordem policial*;<sup>14</sup> ou então há o contato entre leitor e obra e a interpretação força os espaços consagrados pela ordem policial de modo a encaixar mais um leitor. De qualquer modo, essas possibilidades não constituem um dano, pois estão fora da esfera do político e, curiosamente, também fora da esfera do estético. À interpretação não-conflituosa falta a estética, porque ela é uma tentativa de captura do sentido do texto a partir do sequestro dos significantes e da contingência dos contextos; falta estética, pois ela é capturada pelo “pensamento do povo como obra de arte”,<sup>15</sup> ou seja, a constante-comum que determina a intersubjetividade da arquitetura racional, mental, analítica (logocêntrica, como diria Derrida,<sup>16</sup> em seus célebres livros *Gramatologia* e *A Escritura e a diferença*). A interpretação não-conflituosa é, portanto, a supressão da liberdade do corpo, do gesto, do afeto, em favor do enaltecimento do não-estético. Desse modo, o consenso não precisa ser arduamente conquistado, e a dimensão política da interpretação regride ao limite da ordem policial. O dano, então, é algo que acompanha a leitura-estética, é algo que está na raiz da prática artística. A política, portanto, se insere na prática interpretativa de um modo específico: a interpretação “descompreende” o texto, recusa-o enquanto um regime de linguagem fechado e compartilhado e “deslê” o consenso, produzindo, assim, a necessidade da reconfiguração dos corpos no horizonte da ordem policial e no âmbito dos regimes da linguagem. A política e a estética completam-se. Aliás, segundo Rancière,<sup>17</sup> sempre houve um transbordamento da estética na política: “[a] política não sofreu, recentemente, a desgraça de ser estetizada ou espetacularizada. A configuração estética na qual se inscreve a palavra do ser falante sempre constitui o próprio cerne do litígio que a política vem a inscrever na ordem policial.” Portanto, não é difícil compreender que, por outro lado, a política transborda o estético, na medida em que não somente a escritura,<sup>18</sup> mas também a interpretação, são infiltradas por um agenciamento da linguagem, das formas de expressão, da corporeidade, para a definição, no campo da sensibilidade, da experiência e da ação, daquilo que pode ser dito e praticado a partir da circulação dos diversos textos estéticos.

Essa comunhão da estética com a política, ademais, nos ajuda a compreender a translação da ética mencionada acima. Aqui, a ética é uma responsabilidade que se assume no plano eminentemente estético. A liberdade proporcionada pela leitura-estética e o desentendimento dela decorrente implicam uma postura antiooperativa, sim, mas, por outro lado, recuperam a dimensão ética da interpretação, justamente a partir do ponto em que a antiética perante o regime linguístico fora instaurada. Para que o intérprete tenha sua postura reconhecida, ele deve negociá-la, posteriormente, com a coletividade de leitores que englobam a experiência estética (e essa coletividade muda, conforme a configuração social dos sujeitos considerados). Daí,

a situação primordial de discórdia e conflito deve “dissolver-se”, finalmente, numa *nova ética da interpretação*. Dessa vez, porém, não se trata de reduzir a diferença pela racionalidade comunicativa (ao modo de Habermas<sup>19</sup>), mas, pelo contrário, estabelecer com a comunidade interpretativa uma cooperação de ordem afetiva e moral. Ter a sua parcela na partilha do sensível, assumir-se como um intérprete consciente e consciencioso, depende do agenciamento da linguagem a fim de conquistar para si a apreciação de outros intérpretes. Nesse sentido, a interpretação configura-se como algo eminentemente estético, também, uma vez que apela para o *pathos* em vez do *logos* – numa espécie de *mise en abyme* estético-literário, nesse agenciamento do discurso não como um novo regime linguístico, mas como uma persistência do efeito estético-político na comunidade interpretativa. A subjetividade como marca do cruzamento do estético e do político – esse corpo do leitor no corpo do texto – não perde o seu espaço, é claro; porém, ela avança apenas até o limite em que a liberdade ainda não é liberalidade, naquele espaço onde o conflito não se pretende irresolúvel. E, note-se de passagem, esse é justamente o espaço do corpo-a-corpo, espaço tipicamente político numa conjuntura absolutamente estética. Portanto, nessa outra ética da interpretação – essa postulável “(est)ética da recepção” –, cabe ao intérprete a adoção de uma subjetividade colaborativa, cooperativa, em detrimento de uma suposta má-subjetividade,<sup>20</sup> aquela que preza o conflito em detrimento da esfera pública.

## Notas

<sup>1</sup> RANCIÈRE, Jacques (2000). *A Partilha do sensível*. Estética e política. Tradução de Mônica Costa Neto. São Paulo: Editora 34. P. 53-54

<sup>2</sup> Nas versões mais contemporâneas, o axioma se metamorfoseia em “o que o *texto* quis dizer?”, metamorfose que transforma o agente da produção de sentidos, mas que conserva o fundo da questão: a “verdade-verdadeira” da interpretação existe e está lá, basta ler corretamente...

<sup>3</sup> RANCIÈRE, Jacques (1995a). *Políticas da escrita*. Tradução de Raquel Ramalhete *et alii*. São Paulo: Editora 34. RANCIÈRE, Jacques (1998). *La palabra muda*. Ensayo sobre las contradicciones de la literatura. Tradução espanhol de Cecilia González. Buenos Aires: Eterna Cadencia.

<sup>4</sup> RANCIÈRE, Jacques (1995a). *Políticas da escrita*. Tradução de Raquel Ramalhete *et alii*. São Paulo: Editora 34. P. 41.

<sup>5</sup> ARISTÓTELES (1997). *Política*. Tradução de Mario da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB.

<sup>6</sup> RANCIÈRE, Jacques (2000). *A Partilha do sensível*. Estética e política. Tradução de Mônica Costa Neto. São Paulo: Editora 34. P.13.

<sup>7</sup> RANCIÈRE, Jacques (1995a). *Políticas da escrita*. Tradução de Raquel Ramalhete *et alii*. São Paulo: Editora 34. P. 45.

<sup>8</sup> LYOTARD, Jean-François (1983). *The different*. Phrases in disput. Tradução inglesa de Georges Van Den Abbeele. Manchester: Manchester University Press.

<sup>9</sup> LYOTARD, Jean-François (1983).

<sup>10</sup> ECO, Umberto (1979). *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. Tradução de Mário Brito. Lisboa: Editorial Presença.

<sup>11</sup> ISER, Wolfgang (1974). *The Implied reader. Patterns of communication in prose fiction from Bunyan to Beckett*. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press.

<sup>12</sup> LYOTARD (1983) diria que a indiferença é uma impossibilidade real da comunicação linguística, bem como a ausência de um gênero de discurso universal que possa regulamentar todos os demais, condições precípuas que caracterizam a impossibilidade de se evitar conflitos. Na verdade, a *indiferença* foi, durante muito tempo, o pressuposto básico e a aposta teórico-metodológica da filosofia ocidental, bem como da linguística estrutural. A própria noção de *intersubjetividade* aparecia sempre sob a rubrica do elemento comum entre os sujeitos, aquela garantia “real” de inteligibilidade que, em última instância, configura a linguagem, o código. Veremos, em breve, que a nossa aposta, neste texto, é bem outra...

<sup>13</sup> RANCIÈRE, Jacques (1995b). *O Desentendimento*. Política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34. p. 26-27.

<sup>14</sup> A definição do termo *polícia*, em RANCIÈRE (1995a), não tem nada a ver com a ideia de polícia (repressão), tal como sugere a linguagem corriqueira ou a filosofia de Althusser (de quem Rancière foi parceiro). De acordo com sua própria definição, “[c]hamamos geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de *polícia*. Sem dúvida, essa designação coloca alguns problemas. A palavra *polícia* evoca comumente o que chamamos de baixa polícia, os golpes de cassete das forças da ordem e as inquisições das polícias secretas. Mas essa identificação restritiva pode ser considerada contingente” (RANCIÈRE 1995b, p. 41, destaque do autor). Sendo assim, Rancière prefere reservar o termo política para a conflagração de uma situação concreta de desentendimento, onde os lados opostos de uma determinada ordem policial digladiam-se por uma nova partilha do sensível, por uma nova reconfiguração do campo, por uma supressão (sempre provisória) de um dano. Do meu ponto de vista, a diferença substancial entre polícia e política, na obra de Rancière, pode ser lida na distinção entre os termos ingleses *policy* e *politics*: o primeiro diz respeito à idealização de um campo político, à subsunção de diretrizes que fundamentam diferenças meramente semânticas ou estruturais, numa conjuntura ideal; o segundo tem a ver mais com a prática política em si, o pôr em marcha um movimento a fim de conquistar algum ganho ou benefício para uma pessoa ou grupo constituído. Essa diferença é mais bem notada no texto de Rancière (1992).

<sup>15</sup> RANCIÈRE, Jacques (2000). *A Partilha do sensível*. Estética e política. Tradução de Mônica Costa Neto. São Paulo: Editora 34. P. 16.

<sup>16</sup> DERRIDA, Jacques (1967a). *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaidermann e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva.

DERRIDA, Jacques (1967b). *A Escritura e a diferença*. Tradução de Maria Beatriz Marques N. da Silva. São Paulo: Perspectiva.

<sup>17</sup> RANCIÈRE, Jacques (1995b). *O Desentendimento*. Política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34. P. 68.

<sup>18</sup> RANCIÈRE, Jacques (1995a). *Políticas da escrita*. Tradução de Raquel Ramallete *et alii*. São Paulo: Editora 34.

<sup>19</sup> HABERMAS, Jürgen (1996). *Racionalidade e comunicação*. Tradução de Paulo Rodrigues. Lisboa: Edições 70.

<sup>20</sup> RICOEUR, Paul (1955). *Histoire et vérité*. Paris: Éditions du Seuil.